

Henrique Lopes de Mendonça

Investigador e historiógrafo de alto nível intelectual
que muito honrou o País e dignificou a Armada

Comunicação apresentada pelo contra-almirante
JORGE RAMOS PEREIRA ao Centro de Estudos
de Marinha em 2 de Maio de 1973.

1 - JUSTIFICAÇÃO DE UM COMPROMISSO

Era eu jovem tenente quando, no ocaso dos anos vinte, talvez por volta de 1926 ou 1927, me apaixonei pela leitura de uma série de livros, aparecidos então pelas livrarias, todos eles realçados com gravuras, coloridas e atraentes desenhadas por mãos de mestres a ilustrarem as suas capas.

Neles, em breves – mas expressivas narrativas, nos eram dados a conhecer episódios heróicos, vibrantes de patriotismo; por vezes ensombrados com relatos de tragédias ou dramas dolorosos; outros por actos de extraordinária bravura, e, outros ainda, com os seus aspectos jocosos, que nos empolgavam e faziam encher de orgulho pela epopeia escrita, ao longo dos séculos, pelos portugueses de antanho, com o sangue generoso por eles derramado nas areias escaldantes da Africa da mourama, nas águas agitadas e traiçoeiras do distante Malabar e na defesa do solo sagrado da Pátria.

Os próprios títulos dessas obras, reunidas em série designada «Cenas de Vida Heróica» tais como:

Sangue Português;
Gente Namorada;
Lanças n'África;
Capa e Espada;
Fumos da Índia;

e outros, excitavam e atraíam a nossa curiosidade juvenil, tanto mais que todas as narrativas que as compunham se baseavam — conforme afirmava o seu autor — em factos reais por ele romantizados.

Escreveu esta preciosa obra; revivificadora do sentimento patriótico nacional, Henrique Lopes de Mendonça, oficial de marinha que pessoalmente não conhecíamos, mas cujo nome a juventude do meu tempo se obrigara a respeitar e a admirar como autor da letra vibrante do nosso Hino Nacional.

Quis o destino, anos mais tarde, num dos seus golpes felizes e já depois do desaparecimento do escritor do número dos vivos, que eu ; ficasse intimamente ligado, pelos laços do matrimónio, a esse vulto notável das letras e da cultura portuguesas, e foi precisamente esta circunstância que me fez hesitar sobre se seria ou não razoável a minha presença hoje aqui para falar sobre a obra multiface e de inegável valor histórico legada por tão grande português e insigne patriota e que há tantos anos me apaixonara. Influíram decisivamente no afastamento das minhas dúvidas não só o honroso convite que me foi feito pela nossa ilustre confrade Prof^a Doutora Virgínia Rau, digna presidente da Secção de História Marítima, deste Centro de Estudos, como as frequentes palavras de incitamento recebidas dos nossos confrades e amigos, senhores arquitecto Lixa Filgueiras, engenheiro Viriato Campos e Dr. Pimentel Barata para me ocupar deste tema aliciante.

E também não deixou de influir na minha decisão possivelmente insólita para quem me ouve — o desejo, talvez um pouco tardio, de aproveitar esta importunidade para refutar a apreciação injusta, totalmente falha de cortesia e de ética literária, feita na página «Das Artes e das Letras» do jornal O Primeiro de Janeiro, de 5 de Abril do ano passado, ao mérito do notável dramaturgo, do historiador erudito, do arqueólogo consagrado e do inspirado poeta que foi o autor da letra do nosso Hino.

Dignem-se, pois, VV. Exas., aceitar com generosidade as minhas razões e escutar, com benévola atenção, as despretensiosas palavras com que me esforçarei por delinear a personalidade e o que foi a vida de intenso labor intelectual de Henrique Lopes de Mendonça.

2 - MARINHEIRO. PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS, TEATRAIS E DE POETA

Nasceu Henrique Lopes de Mendonça em 1856 em Lisboa e tinha 15 anos apenas quando ingressou na Escola Naval como aspirante de marinha. Curiosamente, os seus instintos ou a sua tendência inata para a literatura e para a poesia revelaram-se precocemente, dons esses que não eram, aliás, estranhos na sua ascendência maternal, irmã que foi do notável e infeliz académico António Pedro Lopes de Mendonça.

Aos move anos, no carinhoso ambiente familiar escreve pequena e ingénua peça teatral, que intitula O Homem de Letras e o Capitão Francês, e na modesta edição manuscrita, por ele preparada na Rua dos Calafates, 93, 2º, datada de 1865, cujo preço era de 200 réis, anuncia outros livros da sua lavra que se vendiam na mesma casa editora:

<i>Selecta Manuscrita</i>	60 reis
<i>Selecta Manuscrita Portuguesa</i>	290 reis
<i>Genoveva</i>	200 reis

e, curiosamente, anuncia também novas edições em vias de publicação:

<i>História de Portugal</i>	190 reis
<i>Cenas dum Casa de Família</i>	200 reis
<i>Guerra entre Portugueses e Castelhanos</i>	200 reis
<i>Um Velho Rico</i>	50 reis

Embora deste prematuro desabrochar de inegável inclinação para as letras e até mesmo de certo interesse pela investigação histórica apenas tenha resistido ao inexorável e impiedoso desgaste do tempo aquela pequena peça teatral, guardada carinhosamente pela família com numerosa documentação afim do major interesse e na qual largamente apoiei a elaboração deste meu modesto trabalho, de novo vamos encontrar significativas provas de prometedor talento literário e de pouco vulgar veia poética no jovem aspirante de marinha, quando, oito anos mais tarde, fazia os seus estudos na Escola Naval.

Tinha então 17 anos de idade e já namorava aquela que, anos mais tarde, viria a ser sua dedicadíssima e carinhosa esposa e o ligaria, pelo matrimónio, a família de raros dotes artísticos, na qual despontava o brilho fulgurante dos nomes de Columbano, de Rafael e de Maria Augusta Bordalo Pinheiro, seus futuros cunhados.

As numerosas cartas que lhe escrevia, em estilo apurado, sentimental e de leitura aprazível, eram frequentemente acompanhadas por poemas que exprimiam, ora em altissonantes alexandrinos, ora em sentidas estrofes de quatro versos, o Grande amor que os tornou felizes e veio a consagrar o lar venturoso e de apurado ambiente cultural e artístico que criaram.

Datam de 1873 as duas quadras seguintes, que, ao acaso, extraímos do extenso poema Angústias:

*Depois, perdoa! se esse olhar tão cândido
Eu vejo a outro dar, tenho ciúme;
Não sei que amarga dor vem torturar-me
Se, ó flor! tu dás a outro o teu perfume.*

*Tem piedade de mim! bem vês, eu sofro
Como ainda ninguém sofreu no mundo;
Senti fixar-se em ti eternamente
O pensamento, d'antes vagabundo.*

Versos ditados por coração romanesco, sem dúvida, mas reveladores do talento viçoso e prometedor dum jovem, de 17 anos apenas, a quem a preocupação dos estudos não conseguia dominar o fulgor da sua veia poética.

Findo o respectivo e tal como era de regra nesse já tão distante tempo, iniciou o jovem aspirante a sua vida de marinheiro, a cujas vicissitudes e duras exigências o seu espírito, mais inclinado para manifestações culturais e artísticas, se sujeitou com manifesta dificuldade, Se é que se não mesmo com relutância, como teremos ocasião de ver.

Nas primeiras viagens visita portos do Mediterrâneo e do Atlântico, vai à Itália, a Gibraltar, a Marrocos, à Holanda, à Inglaterra e a outras terras que impressionam o seu espírito de artista, e longas cartas, em que relata à família as suas emoções e os seus sentimentos, merecem ao seu pai o comentário: Temos gostado muito, e com muita curiosidade lido as descrições que nos tens feito desses países...

Numa das suas viagens a Inglaterra esteve em Londres. Visitou propositadamente a Abadia de Westminster e por lá se deteve largo tempo diante do monumento de Shakespeare, o seu querido Shakespeare, como ele dizia; e dando vulto a esta grande admiração por tão consagrada personalidade das letras britânicas foi também, «numa espécie de peregrinação», à Pátria desse seu poeta favorito, a Stratford-on-Avon, onde ele está sepultado.

Seguiu depois para Angola, para serviço estação e por permaneceu alguns anos — anos difíceis para a sua vida e para sua natural propensão para a cultura e para a convivência intelectual.

A dureza do clima, as precárias condições de vida a bordo, o manifesto imobilismo verificado no progresso ultramarino, a monotonia rotineira do dia a dia, a modéstia do nível intelectual e cultural de Luanda, aliadas a morosidade do serviço postal e as fundas saudades da família, chegaram a desenvolver em Lopes Mendonça certo grau de frustração e de descrença na profissão que abraçara e a manifestar até o desejo de mudar o rumo à sua vida abraçando a carreira das letras.

Manifesta este seu estado de espírito ao pai, mas este, sem contrariar as suas ideias, procura chamá-lo às duras realidades da vida e responde-lhe:

...Compensa-nos a lembrança de que tens uma carreira que te proporciona decentemente o pão quotidiano certo. Contudo, a tua profissão não impede absolutamente que estudes mais alguma coisa (ainda bem que o desejas). ...Pela tua carta parece que eu reprovava a tua queda para a literatura. Tu não te lembras bem. O que sempre to disse foi que essa tendência era boa e para ser boa bastava obrigares-te a estudar, procurando e consultando este e aquele outro livro. ...Sempre te percebi o desejo do curso superior de letras. Bem: estudavas o curso superior, fazias uma figure bonita, etc., e depois? Depois não tinhas nem um vintém para cigarros; e se tivesses em qualquer ocasião meia dúzia de libras por alguma produção, estarias semanas e meses sem nada, como acontecia a teu tio António (referia-se a António Pedro Lopes de Mendonça) e acontece a todos.

E remata as suas razões exemplificando com algumas realidades do nosso meio intelectual da época:

Lá por fora não sei o que vai, mas no nosso Portugal quem foi que viveu ou vive unicamente das letras? Passa em revista todas as notabilidades do nosso país e verás que os Garretes, os Castilhos eram empregados públicos. As letras não davam para as suas necessidades. O Latino Coelho é oficial de engenheiros, lente da Politécnica, secretário da Academia; o Corvo também é lente, etc., etc. E mesmo o Sr. Alexandre Herculano era bibliotecário da Biblioteca da Ajuda, de que recebia 600\$00 réis, e por sinal recebia o ordenado, mas que, apesar dos alardes de independência, percebia mas não punha lá os pés depois que deixou de ter ali morada de graça, etc.

O seu espírito, ávido de cultura, leva-o a pedir frequentemente livros, nunca regateados: uma *História de Portugal* em cinco volumes, obras de Eça de Queirós, de Victor Hugo do Shakespeare, de Cervantes (*D. Quixote*), de Guerra Junqueiro, as *Farpas*, do Ramalho Ortigão, jornais, revistas, etc.

Nas horas vagas que lhe restavam dos serviços de bordo e leitura desenvolveu Lopes de Mendonça, com os outros guardas-marinhas da Estação Naval, grande actividade teatral para fins de beneficência em Luanda.

Em dois dos espectáculos realizados, em 1877, no Teatro da Associação Trinta e Um de Outubro, cujos curiosos programas os arquivos familiares guardam carinhosamente, foi retumbante o êxito por ele alcançado, tanto no desempenho dos papéis que lhe couberam em duas das comédias representadas, como na interpretação do monólogo de *Hamlet* do tão seu preferido poeta Shakespeare.

Este sucesso, que teve eco na própria imprensa lisboeta, leva-o, em Carta para o pai, a dizer:

Vou reconhecendo em mim umas aptidões para actor dramático que é pena não serem aproveitadas.

Este desabafo e ideia de que no palco poderia alcançar melhores créditos do que os proporcionados pela profissão de marinheiro eram, afinal, mais uma afirmação do seu inconformismo e da sua inadaptação com o famigerado serviço das estações navais, que desagradava, aliás, a muita gente.

Mas, desta vez, a resposta do pai manifesta-lhe claramente a sua discordância:

Não me pareceu o que dizes de quem já tem o dente do siso e que tens tido siso para tantas coisas.

No entanto, a sua actividade cultural não esmorece. Distrai-se a ler – lê muito, mesmo muito, pois a leitura é, sem sombra de dúvida a sua grande paixão; colabora também com entusiasmo na organização de uma fanfarra, em cujo reportório figuram peças de muitas óperas em voga naqueles recuados tempos e músicas clássicas e da qual é maestro; escreve artigos para jornais e revistas da Metrópole e estabelece mesmo polémica com um deles a propósito de crítica a trabalho seu sobre tema ultramarino; é convidado para fazer parte da Sociedade de Geografia de Luanda e efectua para ela alguns trabalhos importantes e, para afirmar a sua fé republicana, apresenta, já em vésperas do tão desejado regresso a Lisboa, a sua candidatura a Deputado por Luanda, não logrando, no entanto, ser eleito.

3 - AFIRMAÇÃO DOS SEUS TALENTOS. DRAMATURGO, POETA-PATRIOTA E HISTORIADOR

Em Maio de 1882 está Henrique Lopes de Mendonça de novo na sua querida Lisboa. Já é então segundo-tenente e pai duma menina que viria a ser, como ele, escritora notável e de grande sensibilidade artística, autora de inspiradas obras para crianças e para jovens – Virgínia Lopes de Mendonça.

Embaraçado, mas não desanimado com a situação e as dificuldades de vida que as autoridades lhe criaram devido ao seu republicanismo, desabafa, em carta que escreve em 1883 ao seu cunhado e grande amigo Columbano, nos seguintes termos:

As autoridades, os meus mandões, dignaram-se embirrar com a minha pessoa e para castigarem o meu suspeito republicanismo vão-me a bolsa, cerceando-me os magros cobres é verdade que sem trabalho, mas com o estômago exactamente, nas mesmas felizes ou infelizes circunstâncias de apetite... assim como o da família, que demais a mais tende a aumentar. Pois nestas pouco invejáveis circunstâncias não me tenho sentido desgraçado e vou digerindo a minha má fortuna com a tranquilidade de um mártir de religião ou de um tendeiro cheio de contos.

Realmente, ao tratamento injusto e arbitrário a que Lopes de Mendonça se via sujeito, iria corresponder a glorificação do seu nome e o enriquecimento das letras portuguesas com os frutos do seu talento e da sua cultura vasta e multiface, bem sazoados naquele ambiente de insatisfação e de inquietude da Estação Naval, em que só a leitura o distraía e onde «adormecia sempre muito tarde por que gostava de ler na cama», como ele dizia.

Embora já escrevesse artigos para alguns jornais e revistas, foi com a sua estreia como autor teatral que o seu nome se tornou conhecido e veio a receber justa consagração.

Na mesma carta para Columbano, então a estagiar em Paris, confidencia-lhe:

Saberás que espero dentro em pouco que se represente em D. Maria uma peça minha, drama num acto em verso.

e acrescentava:

Isto da república das letras, conquanto tenha tanto cidadão inútil, não concede facilmente cartas de naturalização. Enfim, vamos a ver se os meus hipotéticos triunfos do futuro ecoarão nessa tua casa, em plena metrópole da civilização

Essa peça, a primeira da longa série que Lopes de Mendonça escreveu – *A Noiva* – foi representada pela primeira vez em Fevereiro de 1884 e o seu sucesso foi grande, mas os verdadeiros êxitos, os êxitos retumbantes e os que maior ressonância trouxeram à sua vida de escritor foram, sem dúvida, os alcançados pelos dramas históricos *O Duque de Viseu*, *A Morta* e *Afonso de Albuquerque*, nos quais fez ressurgir vultos e acontecimentos significativos do nosso passado em páginas vigorosas, vibrantes, cheias de cor e de vitalidade.

Não resisto à tentação de reproduzir o perfil primoroso que dele traçou Júlio Dantas, a propósito dos seus dramas históricos e narrativas heróicas:

Ninguém, na literatura portuguesa, teve, como Henrique Lopes de Mendonça, o sentimento das grandes épocas históricas; ninguém, como ele, soube mover multidões, animar as vastas tapeçarias medievais dos torneios e das batalhas, nenhum escritor português, nos últimos cinquenta anos, possuiu, como o criador de *A Morta*, o dom singular de dar corpo e alma às velhas figuras da epopeia nacional, de sentir as suas paixões, de ver a sua existência, de falar a sua linguagem, de revelar-nos os heróis antigos, não como vagas sombras, mas como realidades vivas e palpitantes. Era um grande pintor. Era um evocador formidável.

Síntese perfeita do iniciador do neo-romantismo no teatro português do último quartel do século XIX; do poeta-historiador pioneiro do drama histórico na literatura portuguesa e do intelectual de superior cultura que, inspirado na

linha dos grandes românticos franceses, como Victor Hugo, cujo talento muito admirava, introduziu, com pleno o drama heróico em Portugal.

O Duque de Viseu, drama em cinco actos, escrito em vigorosos e bem sonantes alexandrinos, foi representado, pela primeira vez, com êxito clamoroso, no Teatro de D. Maria II, em 19 de Março de 1886.

Noite memorável; grande noite essa, que Júlio Dantas nos fez reviver na sua linguagem expressiva e brilhante:

Por um instante, no palco do velho Teatro Normal, latejou e resplandeceu, era versos de rimas solenes, em grandes panos murais de pintura histórica, a mesma alma romântica que nos dera, no Teatro Francês, as noites cheias de ansiedade do *Hernâni* e do *Rui Blas*. Era a mesma veemência, a mesma paixão, os mesmos contrastes, a mesma amplitude, o mesmo estilo rico em antíteses e em imagens; o mesmo luxo de vocabulário arcaico; era o mesmo sentimento do pitoresco, o mesmo culto do pormenor erudito, a mesma maneira de fazer reviver a história; era, enfim o mesmo verso alexandrino, lento, paralelo, magnífico como um pontifical, o verso que em língua portuguesa Bocage apenas tentara, que Castilho tenha manejado com dextra elegância nas versões de Molière e que Lopes de Mendonça – saudoso Mestre! – trazia para o grande drama romântico, fazendo retinir, duas a duas, as suas rimas estridentes como címbalos de prata.

Foi, na realidade, como nos relata a imprensa da época, grande e inolvidável acontecimento literário esse. Um poeta, pouco antes apenas conhecido de limitada roda de amigos e de admiradores, conquistara de um dia para a outro enormíssimo sucesso, escrevendo um belo drama que uma plêiade de actores, dotados de excepcional engenho, representara a primor, em ambiente de impressionante grandiosidade criado por encenação opulenta e de rigor.

E esse sucesso havia conquistado também o público lisbonense, Como mais tarde conquistou o do Porto e de outras cidades do País e até o do Rio de Janeiro, quando a histórica peça ali foi representada, não cessando os aplausos ao emocionante enredo do drama e aos talentos do seu autor e dos seus extraordinários intérpretes.

Mas *O Duque de Viseu*, além do seu aspecto historiográfico, dos atributos prodigiosos de descrição, da opulência de palavras declamatórias e da tão singular facilidade de expressão em linguagem arcaica que nos revela, também permite detectar, no seu enredo, sólidos conhecimentos do autor nos domínios da arqueologia naval, que viriam, alias, a confirmar-se, quatro anos mais tarde, com a publicação, nos *Anais do Clube Militar*, da série de quatro artigos sob o título «Estudos sobre caravelas», produto das suas primeiras investigações no árduo e complicado campo de tão nebulosa ciência.

Refiro-me à cena primeira do terceiro acto. O rei D. João II, irritado com a rudeza e a imprudência de Pêro de Alenquer ao contradizer a sua opinião, afirma:

...que não há meio de ir à Mina senão nas nossas caravelas...

Mas o grande caravelista, teimosamente, replica:

...Tomara eu ter tão certo o caminho da glória, como voltar da Mina em navio redondo,

e insistindo, prossegue:

...Inda hei de vir da Mina...até num galeão!

O rei, cioso de que seja guardado rigoroso segredo das nossas navegações e das possibilidades dos meios de que dispúnhamos, adverte, então, com paternal severidade, Pêro de Alenquer, dizendo-lhe em voz baixa:

*... Ninguém deve conjecturar
Que possam vir da Mina embarcações redondas
Que todo o mundo hesite em confiar as ondas
Do golfo da Guiné as suas naus. Assim
Fica a Mina guardada. Entendes?*

e conclui:

*Só possui Portugal latinos bem possantes
Que possam arriscar-se em terras tão distantes...*

Não podia Lopes de Mendonça passar em claro, neste seu drama pungente, era que a justiça cruel, mas inexorável, do rei perpassa em toadas de tragédia e se impõe aos que, por interesse próprio, pretendiam arrebatá-lo o trono, a larga e esclarecida visão política que orientava D. João II no prosseguimento da obra transcendente dos descobrimentos marítimos iniciada por seu tio-avô, nem deixar de envolver, nesta significativa cena, tanto a personalidade histórica do grande caravelista Pêro de Alenquer, que tanto admirava, como esse símbolo perene da nossa epopeia marítima, que tanto o seduzia, a caravela.

Parece-nos de interesse registar ainda o testemunho do êxito com a estreia desta primeira peça histórica de Henrique Lopes de Mendonça, transcrevendo a apreciação que dela fez a poeta Eugénio de Castro, presente no D. Maria nossa noite memorável:

Durante muitos dias os jornais turificaram sem descanso o novo drama com o incenso dos mais rasgados louvores, e nos cafés, nos restaurantes, nos clubes, nos corredores e vestibulos teatrais, e até nos serões familiares, em toda a parte onde houvesse gente a

conversar, não se conversava senão sobre *O Duque de Viseu* e sobre o seu autor.

Foram muitas as honrarias conferidas ao dramaturgo. O rei D. Luis, também cultor das letras e até tradutor de Shakespeare, não hesitou em chamar ao Paço o ex-candidato a Deputado republicano por Angola, dando assim nobre exemplo de tolerância, para lhe impor o grau de cavaleiro da ordem de Santiago da Espada, e a Academia das Ciências, por votação unânime, apoiada em esclarecido parecer, firmado por Pinheiro Chagas, rendendo justos louvores ao trabalho literário e teatral de Lopes de Mendonça, atribuiu-lhe o prémio que aquele monarca nela instituía.

Foi no teatro, segundo o dizer do próprio escritor, que se tornou mais saliente o seu labor literário. Na realidade, notável e fecunda série de peças, da sua autoria, veio enriquecer a literatura portuguesa no fim do século passado e começo do actual: *A Morta*, drama histórico evocador do idílio trágico de Inês de Castro; *Afonso de Albuquerque*, escrita em 1898, para ser representada durante as comemorações do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, mas só posta em cena, no D. Maria, em 1907, numa efervescência de aplausos – como relata jornal da época; *Salto Mortal*, *Amor Louco*, o *Tiço Negro*, o *Nó Cego*, esta inspiradora e precursora da lei do divórcio, *O Azebre*, *O Crime de Arronches* e muitas outras, todas elas em verso e algumas de ambiente moderno, já escritas nos começos deste século.

Afonso de Albuquerque exalta, em belos versos, de sonoridade harmoniosa, figura deste grande vulto da nossa história, a sua honestidade, os seus sonhos de grandeza, a dureza da justiça aplicada aos prevaricadores, a intriga insidiosa que o rodeava na Índia e na corte, os ódios dos corruptos, que só não conseguiram vexá-lo ao arrebatarem-lhe o poder, porque a morte, mais clemente, fez parar antes o seu nobre coração angustiado, esse coração leal que «com os homens ficara mal por amor de el-rei e mal com el-rei por amor dos homens...»

Na dramaturgia, já Lopes de Mendonça revelara toda a pujança dos seus finos dotes de poeta, mas o ambiente agitado e de justificada indignação e revolta que dominava os portugueses, afrontados com o *ultimatum* inglês de 11 de Janeiro de 1890, estimulou ainda mais os sentimentos patrióticos do poeta, levando-o a exprimir em belos alexandrinos de desagravo e a versejar, em termos fustigantes, as injustiças e as prepotências de que a nossa Pátria estava sendo vítima.

Já em 1883 havia escrito *Delenda Albion*, poema heróico, que dedicou ao adido militar à nossa legação em Londres, o major Luís Quilliman, pela atitude de desafronta que ele assumira, em resposta a invectivas caluniosas proferidas contra o nosso país por um deputado ao qual desafiou para duelo.

O movimento patriótico que de lés a lés sacudia Portugal levava Alfredo Keil, em momento de feliz inspiração, a compor a música de um hino vibrante, que, pelo vigor dos seus acordes, julgou adequado para exprimir a alma ferida da nação e as legítimas aspirações do povo descrente e indignado com o

desleixo, a fraqueza e a corrupção que dominavam a política e os governantes desse agitado e desditoso período da nossa história.

Faltava-lhe, no entanto, o significado, a expressão verbal de sentimento que agitava a sua alma; precisava, afinal, da letra.

Recorreu então ao seu amigo Henrique Lopes de Mendonça, confiado no ardor patriótico dos seus trabalhos literários e que, como ele, tomara parte activa nas manifestações de protesto.

Era preciso que ele se encarregasse dessa difícil e delicada tarefa o mais depressa possível, pois já dispunha dos fundos necessários para publicar o hino, fazer dele larga tiragem e distribuí-lo profusamente pelo País. Era preciso não deixar arrefecer o entusiasmo do Povo, para que ele o aprendesse e o adoptasse como canto de reivindicação nacional.

Procurou-o então sem demora, na sua casa, na Rua da Emenda com esquina para o Loreto, sobressando a partitura e com «uma chama de entusiasmo a fulgurar nos seus olhos azuis».

Ninguém, como Lopes de Mendonça, nos podia transmitir melhor o que então se passou e o que foram esses momentos de vibração patriótica de entusiasmo, percursos do nosso hino *A Portuguesa*. Ouçamos, pois, a expressiva descrição que ele nos deixou desse momento que fez história:

E. (Keil) fez-me então ouvir a sua música, acompanhando com voz o piano, batendo energicamente as teclas com os dedos nodosos, interrompendo-se para me fazer notar as reminiscências da *Marselhesa* e do Fado que ele propositadamente induzira, reflectindo o carácter sentimental da alma portuguesa e a sua ânsia ardente de liberdade. Eu ouvia-o um pouco atordoado e perplexo, até me compenetrar da significação levantada da marcha e me excitar com as vibrações quentes e arrebatadoras que ele arrancara á sua inspiração.

Depois de aceitar, cheio de entusiasmo, essa ingente, mas sem dúvida apaixonante tarefa, conta-nos:

Foi em íntimo acordo com Keil, quase sempre era sua casa, que eu compus as estrofes, compasso a compasso, acomodando constantemente o verso à contextura musical e também às intenções de cada frase, engastando uma sílaba em cada nota que ele arrancava do piano, com o empenho – para nós ambos, simpático – de afastar da letra o mais ligeiro vislumbre de sentimento monárquico. O coração do Povo era já sinceramente republicano e o nosso batia em unísono com o dele. Simplesmente, era necessário que as palavras respirando alentos democráticos, não fornecessem motivo para urna interdição geral.

Embora a Musa do poeta nunca se tivesse visto em mais apertado lance, dadas as condições especiais e restritivas impostas ao trabalho, assim surgiram as estrofes magnificas e vibrantes de *A Portuguesa*, que rapidamente

se imprimiram e divulgaram por todas as formas, em partituras, em folhetos, em postais ilustrados, em jornais e até em leques de senhoras, muito em voga nessa época...

O êxito foi enorme e por toda a parte A Portuguesa era entoada com fervor patriótico e como propósito de desagravo. Nos teatros, sob qualquer pretexto, incluíam-na nos seus repertórios, mas foi no S. Carlos, em memorável récita a favor da subscrição nacional – de cujo produto viria a resultar a aquisição do cruzador *Adamastor* e da canhoneira *Pátria*, que ela recebeu a mais alta consagração artística, cantados os solos pelas artistas mais cotadas da companhia lírica e entoado o «marcial estribilho» por coro numeroso e de efeito admirável.

O próprio rei D. Carlos, certamente impressionado com o ambiente que o rodeava e pela inatividade política da sua camarilha, insensível aos abalos que já ameaçavam o trono, escrevia, no seu pequeno caderno de notas pessoais, o seguinte e bem significativo período:

Ontem, quarta-feira, quando saía da Sociedade de Geografia, foi ovacionado em plena rua o Lopes de Mendonça. O mesmo sucedeu, há dias, ao Alfredo Keil em pleno Teatro de D. Maria. O primeiro é oficial da armada, escritor distinto e republicano notório. O segundo corre-lhe sangue prussiano nas veias, é artista e músico inspirado. Ambos são autores da letra e da melodia da marcha agitadora e bela que denominaram *A Portuguesa*. Não se ouviu, em ambas as ocasiões, nem se levantou qualquer voz em defesa do regime – e havia ali quem, por obrigação, tinha o dever de fazê-lo! Triste sinal dos tempos!...

Foi ainda por essa altura que Henrique Lopes de Mendonça desejoso de criar novos motivos para mais vasta divulgação desse Hino do Povo, como então também lhe chamaram, escreveu *As Cores da Bandeira* pequeno quadro histórico-marítimo inspirado em incidente ocorrido, anos antes, no Ambriz, entre um navio de guerra português e outro britânico, o primeiro comandado pelo distinto oficial de marinha que, mais tarde, foi o almirante José Baptista de Andrade.

Peça em verso, cujo entrecho, traduzindo a atitude altiva de desagravo, do bravo comandante português, se desenrolava no tombadilho do brigue *Independência* e terminava com a guarnição entoando, em coro, *A Portuguesa*, a sua estreia, no teatro da Rua dos Condes, deu lugar a novo e clamoroso êxito para os autores dessa «marcha agitadora e bela», cuja consagração definitiva viria a ocorrer, quatro lustres mais tarde, com a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910.

Mas a extraordinária actividade intelectual de Lopes de Mendonça, já indiscutivelmente consagrada, como vimos com os sucessos alcançados, primeiro pelos seus dramas históricos e depois com as sucessivas peças que foi fazendo representar nos palcos de Lisboa e da província, a última das quais *O Crime de Arronches*, em 1924, exerceu-se em numerosas outras actividades.

Foi romancista e novelista fluente e expressivo; conferencista talentoso; historiador honesto, de rara erudição, mas sempre insatisfeito; investigador pertinaz, sobretudo no campo da arqueologia naval.

Neste importante ramo da ciência tornou-se praticamente seu iniciador e impulsionador em Portugal com a obra *Estudos sobre Navios Portugueses nos séculos XV e XVI*, a qual, no dizer autorizado do comandante Teixeira da Mota, no prefácio com que subscreveu a recente reedição, tão acertadamente mandada fazer pelo Ministério da Marinha, «continua a ser o livro básico para o erudito que se debruça sobre questões de arqueologia naval portuguesa, ao mesmo tempo que, com a sua linguagem clara e simples, constitui leitura agradável para quem deseje simplesmente adquirir umas luzes sobre a matéria nela versada».

4 - CONFERENCISTA, HISTORIADOR, CULTOR DO ROMANCE E DA NOVELA

Gostaria, no entanto, antes de abordar um pouco mais desenvolvidamente esta feição erudita da sua cultura, de , analisar alguns dos aspectos, a que me referi, da personalidade literária desse escritor, que até ao último alento da vida honrou o pensamento e as letras portuguesas.

Eleito sócio da Academia das Ciências de Lisboa em 1900, cuja presidência exerceu em 1915, nomeado professor de História da Escola de Belas-artes em 1901, escolhido em 1923 pela Academia Brasileira de Letras para nela ocupar o lugar vago por morte de Guerra Junqueiro, sócio do Instituto de Coimbra, bibliotecário da Escola Naval, merecem o maior interesse as numerosas comunicações, discursos, conferências e outros trabalhos de investigação histórica que efectuou e trouxe a lume.

Quando em 1894 se comemorava no País, com dignidade e entusiasmo, o 5º centenário do nascimento desse varão ilustre da ínclita geração, que foi o Infante D. Henrique, promoveu o Clube Militar Naval, associando-se a essa justa homenagem, certo número de conferências, de que se encarregaram figuras destacadas da Armada.

Lopes de Mendonça foi uma delas. Tratou, com proverbial mestria e todo o fulgor e engenho do seu espírito esclarecido, do tema «Carácter e influência da obra do Infante». Nele nos proporciona uma das mais extraordinárias e impressionantes perspectivas da personalidade desse grande génio que, em todos os tempos, maior impulso deu à navegação.

Fala-nos no seu espírito iluminado que, por intuição genial, adivinhou todos os segredos da geografia moderna; «nesse espírito que palpitou em todos os mares; que arrebatou a Índia das mãos poderosas dos maometanos; que arrancou às vagas do Atlântico um continente inteiro; que iluminou o cérebro dos grandes conquistadores do Oceano, de Colombo, do Gama, de Magalhães!»

Deixa espriar a sua imaginação fértil por aquilo que ele adivinha ter dominado a vontade, calma, severa, reflectida do Infante, ao mandar as caravelas para o sul e para o ocidente.

Oiçamos os ecos distantes da voz de Lopes de Mendonça, nessa memorável sessão de homenagem:

Não é mera aspiração platónica, um palpar indefinido e cego em busca de regiões encantadas: o seu fito é positivo e nítido. Não é por Marrocos que ele pretende chegar à Índia: a conquista de Marrocos representa a parte, porventura espectacular, em que ele transige com o espírito de sectarismo do seu tempo. Mas a presa favorita do seu génio, essa vai-se desdobrando tenazmente, mas um pouco na sombra, pelas costas ocidentais da África, cujo extremo procura com uma pertinácia, que parece denotar a como previsão assombrosa de Bartolomeu Dias e de Vasco da Gama.

E com lógica impressionante, com argumentação segura, apoiando-se nos escritos de Azurara, de Diogo Gomes, de Barros, de Damião de Góis, de Cadamosto e outros, aponta-nos o carácter quase clandestino das suas expedições, o seu isolamento, numa extremidade da península com os seus cartógrafos e os seus mareantes, o seu afastamento da corte e da sociedade agitada da sua época e a escassa repercussão encontrada, não só na corte, como até no próprio País, pela empresa colossal que apaixonava o solitário, de Sagres, e acerca da qual ainda hoje a história apresenta lacuna considerável e muito de lastimar.

Justifica Lopes de Mendonça a sua conjectura da presciência que o Infante tinha da terra firme ao ocidente, no relatório de Diogo Gomes, que com D. Henrique conviveu pessoalmente, quando nele escreve:

Num certo tempo; o Infante D. Henrique, desejando conhecer se nas partes estranhas do oceano ocidental se encontrariam ilhas ou terra firme além da descrição de Ptolomeu, expediu caravelas a descoberta de terras.

O tema da sua brilhante conferência, sempre cheio de interesse, não deixa de apontar os progressos revolucionários que, tanto a arte de navegar, como a construção naval, ficaram a dever à obra metódica e persistente do Infante. A arqueologia não é esquecida ao abordar o tema da construção naval:

E á influência do Infante – afirma Lopes de Mendonça – se deve o tipo que durante o seu século teve o mais brilhante papel nas expedições marítimas. Refiro-me à caravela, tomada pelas suas mãos no estado rudimentar e grosseiro de barco de pesca: aligeirada, aumentada na lotação, aperfeiçoada nas suas condições de navegabilidade, de modo que, ainda durante a vida do Infante, merecia os calorosos elogios do veneziano Cadamosto; assumindo uma forma mais completa e definitiva sob a direcção de Colombo e de Gama.

Não esquece, porém, as tragédias que envolveram os irmãos D. Fernando e D. Pedro:

O afecto fraternal recalca-o ele no peito quando a salvação de um dos irmãos se torna elemento perturbador da sua obra, quando o auxílio prestado a outro o distrairia, talvez longo tempo, dos trabalhos em que se acha empenhado. À luz exclusiva do sentimento, Tânger é uma mácula sombria na vida do grande Infante, Alfarrobeira empana levemente o brilho do seu carácter.

Mas o seu julgamento absolve-o e justifica a sua absolvição ao afirmar:

É egoísmo? Será; mas se o egoísmo é susceptível de gradações, este é do melhor quilate. A ideia fixa que determina a exclusão, quase por completo, dos sentimentos afectivos é uma ideia humanitária, não é uma mesquinha ambição pessoal. Digam o que disserem os pessimistas, o interesse material auferido pelo Infante estava longe de corresponder à magnitude do seu propósito.

E em que palavras tão belas e períodos de tão delicada elegância Lopes de Mendonça vai buscar nessa figura de Hamlet, de alma pura e generosa, propensa à ternura, aberta aos sentimentos mais nobres o modelo desses homens, movidos por um pensamento dominante, e esmagando em holocausto a esse pensamento a vida dos que os amam e o próprio coração.

E evoca este exemplo do mundo da ficção, em que a tragédia que se abate sobre o príncipe dinamarquês não consegue torná-lo antipático ou repugnante aos leitores ou espectadores do drama, para repelir a ideia de que, a epopeia portuguesa, pudesse, surgir maculada pela ferocidade ou menos apaixonante a figura do Príncipe Navegador.

Admirador do génio portentoso de Afonso de Albuquerque, considera só este poder igualar-se em grandeza ao Infante e aponta a singular aproximação destes dois nomes a demarcarem o que classifica os dois pontos angulares na nossa epopeia nacional: o *início*, em 1415, com a de Ceuta, e a *culminância* precisamente um século mais tarde, em 1515, com a morte de Albuquerque, a assinalar o começo da decadência do nosso império colonial.

O aparecimento dos dois como figuras da história separa-o pouco menos de um século, mas século prodigioso esse, totalmente dominado pela grandeza dos acontecimentos nele ocorridos, que Lopes de Mendonça pormenoriza e depois define nestes termos:

Que estrada fulgurante e diamantina! Que estranho borbulhar de talentos, de heroicidades, de glórias! Pois para que os dois colossos os dominem, para que as suas cabeças sobrelevem a esta messe deslumbrante, necessário é que as suas proporções sejam quase sobre-humanas! E assim é: na rocha de Sagres e na ilha de Goa, essas duas figuras elevam-se como demarcadas visões de um sonho homérico e os seus olhares inspirados abrangem o infinito.

Outras figuras destacadas da nossa história marítima mereceriam a investigação aturada do historiador com o propósito de arrancar da sombra os

nomes de alguns, de realçar os reais méritos de outros e de desfazer conceitos errados ou opiniões preconcebidas que ignoravam o portuguesismo de feitos a que não estivemos directamente ligados.

Em 1898, aquando das faustosas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, durante as quais o nome imortal de Vasco da Gama recebeu os esplendores da apoteose. Lopes de Mendonça, apoiado na letra do programa dos festejos, entendeu que esse período centenário deveria destinar-se à consagração de todas as glórias nacionais do ciclo épico dos descobrimentos.

Para justificar as suas razões, escreveu o artigo primoroso «Bartolomeu Dias e a rota da Índia», destinado à *Revista Colonial Marítima*, mas que não chegou a ser publicado.

Nele estuda, quase exaustivamente, a personalidade desse grande caravelista, exemplo frisante da ingratidão da história, a cuja gigantesca empresa não se dera – como não se deu ainda – o relevo que merece.

Procurou desse modo fazer justiça póstuma, tão sagrada como a justiça em vida, «mesmo arrostando com a intolerância das opiniões consagradas pela rotina, com a tirania, às vezes feroz, dos preconceitos seculares».

Insurge-se com a tendência de certos escritores estrangeiros e até alguns nacionais de desvirtuar a história, atribuindo a Vasco da Gama o feito, cuja glória pertence a Bartolomeu Dias, de haver pela primeira vez dobrado o Cabo Tormentório e escreve:

Dois são os marcos milenários do ciclo dos descobrimentos portugueses; duas são as balizas especialmente gloriosas que se erguem nitidamente na rota das Índias: o Cabo Bojador e o Cabo da Boa Esperança. A força de ânimo, a coragem necessária para vencer esses dois tremendos pontos de interrogação, propostos pela esfinge da natureza aos nossos antepassados, excedera tudo quanto «permitia a força humana». Nenhuma empresa marítima, nem mesmo a audaciosa expedição de Colombo, se avantajava em temeridade e em pertinácia àquelas cujos heróis foram Gil Eanes e Bartolomeu Dias.

e concluindo a sua lúcida argumentação, diz:

Dobrar o Cabo Bojador significa decifrar o enigma terrível do Mar Tenebroso e dar à humanidade o Atlântico por campo de conquista. Dobrar o Cabo da Boa Esperança o mesmo era que determinar claramente a forma geográfica da África e abrir as portas da Índia a mais felizes navegadores.

Lopes de Mendonça na impossibilidade de ver aceite a sua sugestão de, nas celebrações de 1898, se fazer justiça aos «esquecidos» da epopeia marítima, debruça-se sobre a personalidade deste inditoso navegador, investiga com desvelo e pertinácia os ecos nebulosos das crónicas e as raras memórias que sobre tão valorosa figura nos legam os arquivos, esquadrinha

estes e as prateleiras das bibliotecas para acerca dela coligir elementos esclarecedores, alguns inéditos, e com eles prestar a sua homenagem àquele que abriu as portas da Índia à Armada de Vasco da Gama.

Todavia, não deixou de colaborar no programa das comemorações, e dentro desse espírito profere em Maio desse mesmo ano notável conferência na Academia de Estudos Livres, subordinada ao título «Da unidade de pensamento no ciclo das descobertas». Não se priva, no entanto, de nela afirmar, mais uma vez:

Evocar, pois apenas, o nome da Vasco da Gama, quando se quer consagrar parte preponderante que os portugueses tomaram na história da civilização moderna, é uma injustiça que deve ferir todas as consciências imparciais.

E, com a riqueza da sua inspiração poética, dedica ainda ao grande caravelista, cujo feito tanto o fascinava, três belos sonetos: *O Padrão da Cruz*, *O Caminho da Índia* e *Último Passo*, que reuniu no *Tríptico da Paixão de Bartolomeu Dias*.

Neles canta, em estrofes sentidas, os três momentos dolorosos e trágicos que marcaram a vida deste marinheiro ilustre e João de Barros descreve na primeira década – Ásia:

Quando se apartou do padrão que assentara no ilhéu da Cruz,
com tanta dor e sentimento como se deixara um filho desterrado
para sempre;

Quando el-rei lhe deu a capitania de um dos navios que
ordinariamente iam à cidade de S. Jorge da Mina para ir
acompanhando Vasco da Gama até o pôr na paragem que lhe era
necessária à sua derrota;

e, final e tragicamente

Quando Bartolomeu Dias, tendo passado tantos perigos de mar
nos descobrimentos que fez e principalmente no Cabo da Boa
Esperança...esta fúria de vento deu fim a ele...

Numerosos outros trabalhos de Henrique Lopes de Mendonça vieram a lume, produtos valiosos e de incontestável interesse do seu labor fecundo e infatigável.

De entre eles, apenas citarei alguns:

«Apontamentos sobre o piloto Pêro de Alenquer», publicado em 1896 nos *Anais do Clube Militar Naval*;

«Duas palavras sobre a evolução e a influência da novela espanhola», discurso pronunciado na comemoração do centenário da publicação de *D. Quixote*, em 1905;

«Da utilidade da tradição», conferência proferida na Academia das Ciências, em 1912;

O interessante opúsculo *Um Tio de Afonso de Albuquerque*, datado de 1915, no qual a sua investigação nos revela um tal D. Vasco de Ataíde, irmão da mãe de Albuquerque, figura curiosa que embora exercendo o priorado do Crato teve participação eficaz em expedições africanas e revelou provada competência em assuntos navais;

«A tradição marítima de Portugal», conferência realizada a bordo do cruzador *Adamastor* em 1915;

«Sobre Afonso de Albuquerque», discurso pronunciado em 1915, na comemoração dos centenários da tomada de Ceuta e da morte de Albuquerque;

Os curiosos *Subsídios para a Biografia da Infanta Santa Joana*, em edição da Imprensa da Universidade de Coimbra.

«A inspiração de Fernão de Magalhães», brilhante alocução proferida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra em 27 de Abril de 1921, na sessão solene que comemorou a trágica morte desse grande navegador às mãos dos indígenas da ilha de Mactan.

A síntese da ideia que ditou essa bela peça oratória, exprime-a claramente Lopes de Mendonça nas seguintes palavras:

Para falar de Fernão de Magalhães não precisa um português de sacrificar o seu amor pátrio nas aras do Humanitarismo. A naturalidade corpórea desse homem é um incidente, importante embora, mas apenas secundariamente interessa na sua biografia. O que se impõe sobretudo ao espírito do historiador é a inspiração do seu génio. E essa é exclusivamente tão portuguesa como a que alumiu Colombo: As empresas de ambos reivindicamo-las como glória nossa.

Ainda no vasto campo da investigação histórica impõe-se não deixar passar em claro o importante e exaustivo trabalho «Do Restelo a Vera Cruz» com que colaborou na edição monumental da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, comemorativa do primeiro centenário da independência da nação irmã.

Mas a vasta cultura de Lopes de Mendonça não se limitava a terras desta natureza.

Interessou-se por Gil Vicente, e inspirado em motivos da sua obra escreveu a farsa lírica *Tiçã Negro*; deixou-nos preciosas notas e estudos sobre a África do Norte e sobre alguns engenheiros das praças que por lá erigimos; colaborou nas comissões oficiais dos centenários de Colombo, de Vasco da Gama, de Fernão de Magalhães, de Albuquerque; e do mesmo modo se ocupou com especial carinho e devoção dos problemas da educação e da cultura do povo e sobretudo da juventude.

Neste aspecto são dignas de referência, a *História de Portugal Contada aos Pequenos Portugueses*, as *Trovas de Portugal Descobridor* e as pequenas

brochuras com que colaborou na colecção «Os Livros do Povo – Noções de tudo».

No romance legou-nos *Os Órfãos de Calecut* (1894), *Terra de Santa Cruz* (1899) e a obra póstuma *A Alma do Trinca-Fortes*.

Nesta interessante tentativa biográfica romantizada, que, malogradamente, a morte não deixou concluir, diz-nos o autor não ter tido, ao escrevê-la, pretensões a estudo crítico, nem a monografia erudita, mas tratar-se «simplesmente do respigo tumultuoso de impressões que, num espírito quanto possível desempoeirado, tem produzido a personalidade e a obra de Camões».

Mas que profundos conhecimentos da vasta e rica obra Camoniana, que agudeza de espírito posto na análise e na interpretação dos seus versos, que transparência de raciocínio desempoeirado nos revelam aqueles capítulos em que Lopes de Mendonça, ao procurar definir o sentimento religioso, o sentimento da natureza e os aspectos amorosos da vida do famoso vate e ao tentar atenuar o conceito abstracto que através dos séculos envolve a personalidade do poeta o cinge em ambiente de generoso e natural humanitarismo.

No elogio que o poeta Eugénio de Castro fez de Henrique Lopes de Mendonça quando foi ocupar a cadeira vaga da Academia das Ciências de Lisboa pela morte deste escritor disse, ao apreciar as narrativas reunidas nos oito volumes das *Cenas da Vida Heróica*, residirem nelas «os mais sólidos alicerces da sua bem merecida glória de escritor e acrescentou:

Verdadeiras obras-primas de literatura, elas são também verdadeiras obras-primas de devoção patriótica, não só pelo vibrante lusitanismo que as incendeia, mas também pela indefectível pureza da sua estrutura verbal e pela riqueza do vocabulário e das locuções.

São, na realidade, novelas cuja leitura nos empolga, não por doentio apego a um passado que viveu a sua época e nela fez discutível história, mas pelo realismo e pela vibração com que nos fazem reviver os mais variados episódios, belicosos ou não e os seus heróis.

E são ainda os ecos da imaginação poética de Eugénio de Castro que nos dizem:

Por isso mesmo nos dão a ilusão, quando as saboreamos, de que as páginas brancas em que estão impressas com caracteres negros se transformam em sumptuosas tapeçarias, levemente desbotadas pelo tempo, e saídas do mesmo tear donde saíram as de Pastrana.

Na realidade, em todas estas narrativas perpassa a obra dum escritor perfeitamente integrado na atmosfera medieval e dum pintor e artista consumado, de cujas telas, ricas de cor e de movimento, emana ardente e revigorante patriotismo. Em cada página dos seus escritos famosos sentimo-

nos envolvidos pelo turbilhão da vida que nelas decorre e encandescidos pela luz cintilante que delas irradia.

5 - PERCURSOR DOS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA NAVAL EM PORTUGAL

Receio abusar da paciência e da generosidade de quem me escuta, mas ficaria incompleto este ligeiro perfil de Henrique, Lopes de Mendonça se não acrescentasse breves palavras ao que já disse sobre a obra notável por ele realizada no campo da arqueologia naval.

Facilita no entanto a minha tarefa o tratar-se de matéria do completo domínio deste Centro de Estudos, pois gostosamente recordo terem ecoado já, e por diversas vezes, em salas deste Museu, insuspeitos louvores e frequentes referências a esta faceta tecnológica da sua obra de investigador, ditados por doutos confrades nossos.

E também me apraz relembrar, neste momento, a iniciativa do Sr. Dr. Pimentel Barata ao propor, em bem documentado estudo que me entregou nas vésperas de eu deixar o cargo de director do Museu de Marinha, a criação neste, em sala que seria dado o nome de Henrique Lopes de Mendonça, duma secção de Arqueologia Naval, justa homenagem que, estou em crer, não deixará de lhe ser prestada um dia.

O significado e o mérito dessa obra estão primorosamente sintetizados nas palavras proferidas pelo comandante Quirino da Fonseca na sessão de homenagem ao autor realizada na Associação dos Arqueólogos Portugueses em 1929 disse ele:

...Assim Lopes de Mendonça, já rendido às seduções da Arqueologia Naval, que mimoseara com os seus primeiros estudos acerca das caravelas, se votou com segurança, pena dócil e pertinácia investigadora a mais avultada tarefa, nesse campo da sua múltipla actividade literária, elaborando uns novos estudos sobre os navios portugueses nos séculos XV e XVI incluindo as caravelas, em comentário definitivo, incontroverso.

Nessa Memória [...] se desentranham, principalmente dos escritos clássicos que se ocupam das navegações e conquistas dos Portugueses, como ricos filões adormecidos no seio da terra, que pisamos indiferentemente, quantas minúcias pudessem esclarecer e avivar o conhecimento nos navios com que nos engrandecemos através dos mares e da própria história. Assim, estudou a nau, o galeão, a taforeia, a carraca, a urca, o barinel e a caravela. Dos navios propriamente de remos, ocupou-se das galés, galeotas, fustas, bergantins, fragatas e catures, em cuja averiguação, decorridos trinta e sete anos, ainda ninguém o excedeu ou continuou sequer...

E sobre a actualidade desta obra, escrita por Lopes de Mendonça para figurar na exposição de Madrid de 1892, comemorativa do descobrimento da América, servir-me-ei ainda do abalizado testemunho do Sr. Comandante Teixeira da Mota, quando afirma:

Mais quarenta e nove anos volvidos, as palavras de Quirino da Fonseca mantêm-se actualizadas, pois os progressos realizados no campo da arqueologia naval – foram alguns, devidos a raríssimos e teimosos estudiosos – não vieram invadir a generalidade das conclusões apresentadas por Henrique Lopes de Mendonça em páginas já hoje amarelecidas pelo decurso de mais de três quartos de século.

Outra obra notável, escrita num dos períodos mais fecundos da sua vida literária, em 1898, e integrada na comemoração do VI Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, foi *O Padre Fernando de Oliveira e a Sua Obra Náutica*, trabalho que bem merecia as honras de reedição actualizada.

Trata-se, como é sabido, do estudo biográfico desse homem famoso, cujas inteligência, cultura e carácter inconformado afrontavam a época em que viveu e o sujeitaram, por isso, às injustiças e às iniquidades inquisitoriais.

Esta Memória incluiu também a primeira reprodução tipográfica do tratado, até então inédito, *Livro da Fábrica das Naos*, da autoria de Fernando de Oliveira, obra esta que se por um lado deu grande satisfação a Lopes de Mendonça ao divulgá-la, nem por isso deixou de o amargurar e preocupar por da leitura do seu prólogo depreender a existência de outra obra do mesmo autor – a *Ars Náutica ou Arte da Navegação* – escrita em latim, cujo paradeiro se desconhecia e só veio a ser achado bastantes anos após a sua morte na biblioteca da Universidade de Leiden.

Resta-me referir ainda a existência no espólio manuscrito deste investigador pertinaz e infatigável de curiosas notas, não sei se inéditas, relativas às naus do começo do século XVI e alguns apontamentos sobre o artilhamento dos navios portugueses ao tempo da expedição de Álvares Cabral

Vou terminar este breve desfolhar de recordações sobre a vida dum marinheiro, a quem o fulgor das letras, o génio inato do seu talento, a estreme honestidade dos trabalhos que escreveu, a honradez do seu carácter e vigor patriótico que sempre dominou o seu espírito e inspirou a sua pena dócil conquistaram o respeito e abriram, de par em par, as portas da glória.

Homem simples, a quem os louros dos triunfos não envaideceram, modesto e afável no trato, dotado de apurada índole de artista, enriqueceu a língua portuguesa com as suas obras consagradas de poeta, de dramaturgo de talentoso historiador e a arqueologia naval com os seus estudos sobre os navios, «essa criação do engenho humano que, como nenhum lhe parecia comparável a um organismo vivo, cuja existência fosse mais aventureira, mais cortada de peripécias dramáticas, mais movimenta de lutas e de catástrofes».

Julgo acto justo do Centro de Estudos de Marinha esta evocação da sua memória e com ela a homenagem que hoje aqui lhe rendemos.

Como membros desta instituição, não nos ficaria bem deixar envolvidos pela névoa do esquecimento os frutos por ele colhidos em árduas, complicadas e exaustivas pesquisas, no campo da arqueologia naval, frutos esses cujos ricos sumos tantos esclarecimentos trouxeram à história dos lenhos que, para honra e glória de Portugal, outrora sulcaram mares nunca dantes navegados.

E penso também, Senhoras e Senhores, que não deveríamos ficar indiferentes à sua bela dramaturgia e ao lirismo do seu estro, nem ao colorido fascinante das suas narrativas, porque de toda essa obra ressumam inspirados e evocadores trechos da nossa história ufana.

E afinal, como Portugueses, não podemos esquecer que somos devedores a Henrique Lopes de Mendonça da vibrante inspiração que lhe ditou as belas estrofes do nosso hino – *A Portuguesa* –, cujos solos evocam os «Heróis do Mar e o Nobre Povo» desta «Nação Valente e Imortal» que é a nossa amada Pátria!

Tenho dito

Lisboa, 2 de Maio de 1973.